

MEC propõe maior apoio estadual ao 2.º grau

Ministro Paulo Renato Souza quer Estados financiando a expansão do ensino médio com recursos hoje destinados às faculdades e universidades estaduais

GABRIELA ATHIAS

O Ministério da Educação (MEC) quer que os Estados financiem a expansão do ensino médio (2.º grau) com recursos que hoje são destinados às faculdades e universidades estaduais. “O País precisa estabelecer prioridades”, declarou ontem, em São Paulo, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, durante a abertura do 24.º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Conepe).

A ampliação e melhoria da rede de ensino médio é uma das metas contidas no plano de governo de Fernando Henrique Cardoso para o segundo mandato.

De acordo com a Constituição, os Estados destinam, no mínimo, 25% da sua arrecadação à educação. Esse recurso inclui receitas próprias, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e transferidas, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Desses 25%, pelo menos 15% são

destinados ao ensino fundamental (de 1.ª a 8.ª séries) e os 10% restantes, segundo a Constituição, devem ser aplicados preferencialmente no ensino médio. Mas não há impedimento legal em dividir essa verba entre a rede de 2.º grau e a rede estadual de ensino superior.

“Estamos em fase de convencimento dos Estados”, disse o ministro, ao explicar que a intenção do MEC é que os governadores e secretários estaduais concordem em aplicar a totalidade dos recursos que “sobram” do ensino fundamental no

ensino médio. Hoje, no Brasil, os seguintes Estados mantêm universidades estaduais: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Ceará, Paraíba, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Minas Gerais. Contando com as faculdades, essa quantidade aumenta ainda mais.

Em São Paulo, os recursos destinados às universidades estaduais são provenientes única e exclusivamente da arrecadação do ICMS. Para Odilon Marcuzzo do Canto, diretor do Instituto de Estudos Estratégicos

da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), todos os Estados deveriam financiar as universidades com recursos próprios. “É uma distorção destinar recursos do ensino médio para as universidades”, diz ele.

No entanto, mesmo os Estados que vinculam parte de suas receitas tributárias a despesas com universidades, ao fechar a execução orçamentária do exercício financeiro (balanço do Estado), podem computar esses gastos no total dos 25% destinados à educação.

Por isso, a sugestão do ministro aos Estados – de destinar os recursos das universidades ao ensino médio – acarreta o aumento do percentual destinado pelos Estados ao se-

tor educacional.

Por enquanto, a expansão da rede de ensino médio está sendo financiada com R\$ 1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A maior parte desses recursos – R\$ 900 milhões – será destinada aos Estados para executar a reforma e modernização da rede.

Pacote – Segundo Paulo Renato, ainda não está confirmado que as novas medidas econômicas do governo obrigarão o MEC a cortar verbas. “Nossa avaliação preliminar é que os prejuízos não serão tão grandes”, declarou. Os técnicos do ministério, segundo Paulo Renato, terão hoje um “panorama mais completo” dos efeitos das medidas.

AAMPLIAÇÃO
DA REDE É UMA
DAS METAS
DE FHC